

## O PASSADO COLONIAL E A PRODUÇÃO DE “OUTROS”: Notas sobre a historiografia do extremo-oeste paranaense

Robson Laverdi\*

**Resumo:** Este artigo procura tecer um diálogo com a historiografia produzida na Região Extremo-Oeste Paranaense, em especial sobre a cidade de Marechal Cândido Rondon/PR, e das relações estabelecidas entre si. O texto é mediado por discussões de memória, nas dimensões do lembrado e do esquecido, buscando polemizar com perspectivas de ocupação populacional e de identidade regional, em suas faces particularmente produtoras de “outros”.

**Palavras-chave:** Historiografia, Memória, Região Oeste do Paraná, Ocupação Populacional, Identidade Regional

**Abstract:** The article tries to weave a dialogue with the historygraphy produced in the far west region of Paraná, specially about the city of Marechal Cândido Rondon/PR, and the relations established in it. The text is enunciated by discussions of memories, in proportions of the remembered and forgotten, trying to discuss perspective of its populational occupation and its regional identity, in its special producer faces of “others”.

**Key words:** Historygrafy, Memory, West Region of Paraná, Populational Occupation, Regional Identity

*À medida que nos alongamos nesta viagem do tempo, torna-se claro que está em jogo algo mais que aritmética e, evidentemente, algo mais que história. Sem dúvida, para nos defendermos de relatos sentimentalizados e intelectualizados da “Velha Inglaterra” precisamos do mais aguçado ceticismo. Ao menos algumas dessas testemunhas, porém, escreviam sobre suas vivências pessoais. O que é necessário investigar, nestes casos, não é a veracidade histórica, e sim a perspectiva histórica.*

Raymond Williams

---

\*Professor do Curso de História da UNIOESTE/ Campus de Marechal Cândido Rondon. Doutor em História pela UFF (laverdi@cercto.com.br).

Esse artigo busca dialogar com algumas versões do processo de ocupação da Região Extremo-Oeste Paranaense, fartamente contemplado pela produção acadêmica e memorialística desse circuito. O ponto de partida orienta-se, aqui, pelo diálogo com abordagens que privilegiaram a sua ocupação/colonização, as mobilidades populacionais e a afirmação de identidades étnicas. Tal reflexão é motivada, fundamentalmente, pela pesquisa em desenvolvimento, sobre itinerâncias e estranhamentos vivenciados por trabalhadores oriundos de diversas regiões brasileiras migrados para o município de Marechal Cândido Rondon/PR, a partir de 1970.

A ocupação da região oeste paranaense como fronteira brasileira data do início do século XX<sup>1</sup>, realizada principalmente por meio de empresas estrangeiras que utilizavam vários portos de navegação construídos às margens do Rio Paraná.<sup>2</sup> Tais formas de ocupação são estudadas na perspectiva do processo de produção extrativista, chamada *obrage*, com a utilização de trabalhadores paraguaios, estes os *mensus*. Valdir Gregory lembra que *“os paraguaios presentes na região faziam parte do contingente populacional que servia de mão-de-obra na Fazenda Britânia, antiga proprietária e exploradora de terras. Posteriormente, as terras pertencentes à Fazenda seriam vendidas à Industrial Madeireira Rio Paraná S/A. (MARIPÁ), que exploraria a região nos anos 50 e 60, sob a forma de colonização planejada e executada por empresa privada”* (1997, p. 209).

---

<sup>1</sup> É importante lembrar que o território hoje pertencente à região Oeste do Paraná era de domínio espanhol. Como lembra José Augusto COLODEL (1988) *“o território foi ocupando, primeiramente, quando ainda estava nas mãos da colonização espanhola nos idos do século XVII. Através da Província do Guairá, com a atividade missionária dos Jesuítas, que a Coroa Espanhola amplia seu campo de atuação na Região Oeste do atual território paranaense. Em menos de duas décadas, mais de uma dezena de Reduções Jesuíticas se espalharam pelo Oeste do Paraná. Essa ocupação vivenciou muitos conflitos desde então, principalmente quando os bandeirantes paulistas, em busca de aprisionar nativos passaram também a atacar de modo sistemático as Reduções Jesuíticas do Guairá”* (p. 30). Ainda sobre a questão do colonialismo interno e as missões jesuíticas no Guairá ver SCHALLENBERGER (1997).

<sup>2</sup> Venilda SAATKAMP (1985) lembra que *“as terras rondonenses, localizadas à margem esquerda do Rio Paraná, eram ocupadas por companhias estrangeiras que exploravam de forma legal ou ilegal a erva-mate e a madeira existente em grande quantidade na região. O Governo do Estado do Paraná forneceu concessões de terras a essas companhias que passaram a explorar em larga escala, exportando os produtos para o Paraguai, Argentina e Uruguai”* (p. 13). Sobre a questão da ocupação no período anterior à colonização sulista na região ver também Ruy Chistovan WACHOWICZ (1982) e José Augusto COLODEL (1988).

É importante observar que o período (1902-1946)<sup>3</sup> é focado pela historiografia como uma das “fases” de sua ocupação, marcada, sobretudo pelo extrativismo de domínio estrangeiro. A ênfase é dada no processo da exploração e dos proprietários das empresas, dos portos e da circulação de mercadorias para o exterior, como também à violência vivida pelos trabalhadores *mensus* vitimizados por essa lógica.

As desintegrações dessa estrutura produtiva e de sua organização social apresentam-se na historiografia, de maneira muito interessante, estreitamente articulada à passagem da Coluna Prestes na região nos idos da década de 20. Para Venilda Saatkamp, “a presença em 1925, por mais de seis meses, dos revoltosos da coluna Marechal Isidoro Dias Lopes originária de São Paulo, a passagem da coluna Prestes vinda do Rio Grande do Sul e ainda a lei dos 2/3 criada no Governo Getúlio Vargas, contribuíram para o enfraquecimento e destruição do império sócio-econômico instaurado no oeste paranaense” (1984, p. 13).

A passagem da Coluna Prestes na região Oeste é abordada muito topicamente na historiografia regional, no entanto de maneira impactante quanto aos seus resultados. Por um lado Colodel (1988, 161) vai enfatizar a nomeação de Cândido Rondon por Arthur Bernardes como o comandante das forças legalistas que deveriam conter os revolucionários que operavam na região. Por outro, o nome de General Rondon dado ao então distrito de Toledo antes de 1960, veio a nomear mais tarde a cidade de Marechal Cândido Rondon. É possível inferir que tal homenagem, de uma maneira ou de outra, tem uma relação muito próxima com esse momento.<sup>4</sup>

Ainda relativo à nomeação da cidade vinculada a esse momento, Neiva Maccari

---

<sup>3</sup> De acordo com Neiva Salette Kern MACCARI (1999) “ em 1902, instalou-se na região Oeste, a Companhia de Madeiras Del Alto Paraná, empresa inglesa com sede em Buenos Aires – Argentina, adquirindo do governo do Estado a área de terras denominada Fazenda Britânica com aproximadamente 275 mil hectares”

(p.30). Atualmente esta área corresponde aos municípios de Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Entre Rios do Oeste, Toledo, Nova Santa Rosa e parte do município de Palotina.

<sup>4</sup> Em seu livro, Venilda SAATKAMP (1985) destina as páginas finais de seu livro para uma rápida biografia do

“Patrono do Município de Marechal Cândido Rondon, [que] é o indianista – pacificador, desbravador, sertanista, Cândido Mariano da Silva Rondon, que devido aos seus feitos heróicos e humanitários é registrado na história nacional e municipal como exemplo de pacificador e protetor dos índios” (p. 225).

considera importante ressaltar que a passagem das tropas revolucionárias contribuiu para a decadência das obragens, pois tendo em vista as denúncias feitas após a passagem da Coluna Prestes, com relação ao total descaso dos problemas da região e a presença de capital e mão-de-obra estrangeira, o governo federal – através da chamada “Lei dos 2/3” ou lei de nacionalização de fronteiras –, exigiu que as companhias instaladas em regiões fronteiriças empregassem no mínimo dois terços do quadro de seus funcionários de nacionalidade brasileira (1999, p. 3).

Nos estudos da colonização, datada do final dos anos 40 e nas décadas de 50 e 60, os paraguaios da fronteira parecem ceder lugar aos novos colonizadores, já que aqueles eram dispensados na medida em que a colônia era instalada. Observou Gregory que, “*na medida em que a colônia recebia os “de origem” [italo-germânica], que se dedicavam às lides agrícolas e de criação, os “outros” iam sendo dispensados* (1997, p. 209).

Tais abordagens, a meu ver, situam-se muito preocupadas em explicar o chão histórico da colonização que se iniciaria no final dos anos 40. Em torno dessa questão lembraria ainda de dois outros aspectos da ênfase à tão referenciada crise do sistema extrativista das *obragens*. A primeira corresponde à explicação ainda articulada à passagem da Coluna Prestes, que “*ocupou o local e combateu as obragens, pois elas representavam alguns dos vários aspectos pelos quais os revolucionários lutavam: de um lado, a miséria dos trabalhadores e de outro, as oligarquias enriquecidas às custas das riquezas nacionais*” (Zaar, 1999, p. 17).

A outra, diz respeito ao nacionalismo, expresso num conjunto de ações dos governos, nacional e estadual, “*característico da política ideológica do Estado Novo, em que a Marcha para Oeste propunha que as fronteiras econômicas coincidisse com as fronteiras políticas. Para Vargas, o verdadeiro sentimento da brasilidade implicava em contemplar a ocupação do território através da colonização*” (Gregory, 1997, p. 88). Do mesmo modo, preocupa-se também com a nacionalização da fronteira, via Estado Novo, quando acontece a articulação dos esforços dos governos paranaenses de Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha empenhados na mesma política. No caso desses últimos, as ações governamentais são vistas muito mais contundentes na definição do projeto de colonização e em seus encaminhamentos práticos junto à colonizadora MARIPÁ.

Nesta perspectiva, que enfoca o problema da nacionalização da fronteira brasileira e os projetos do Estado, é preciso lembrar do estudo de Liliane da Costa Freitag (1997) e sua preocupação com a ocupação da região entre os anos 1937 e 1954, particularmente do município de

Palotina, cuja colonização foi realizada pela Companhia Pinho e Terras Ltda.

Como sintetiza a autora, sua atenção para esse processo de ocupação das “fronteiras perigosas”, naquele período, “*se deu através da articulação de uma prática típica da nossa tradição histórica, ou seja, na centralização pelo Estado dos assuntos territoriais. O seu projeto nacional de expansão interna restabeleceu a idéia de um território que, pela sua população, fronteiras e recursos naturais se constituiu em suporte fundamental para o desenvolvimento e o fortalecimento do Estado Nacional*”(p. 142).

O interesse na exposição dessas dimensões da ocupação, anterior aos anos 1970, é de sublinhar o caráter de tensão e de complexidade de tais processos, a meu ver, ainda pouco estudados sob o ponto de vista da diversidade de sujeitos, de suas práticas e significados constituintes do processo. As versões mencionadas relacionam-se, muito proximamente, com as questões da formação da população habitante desse espaço e com as diversas camadas de memória que se somaram em torno dela posteriormente.

Penso existirem grandes fendas nesse processo, que persistem nos embates do presente, principalmente em relação às lutas pela constituição de uma memória oficial em detrimento de outras memórias esparsas, fragmentadas e de ricas experiências, que parecem sussurrar aos ouvidos do presente. Imagino ser este o ponto de intersecção com os trabalhos mais recentemente produzidos sobre a cidade de Marechal Cândido Rondon, e também com a minha própria perspectiva de investigação sobre memórias da migração dos anos 70 aos 90.

É preciso dizer que a análise não busca mostrar os vazios existentes na produção historiográfica regional e mesmo local. Mas, dialogar com suas perspectivas, suas fontes e suas questões. Serão objeto dessa discussão, privilegiadamente, os trabalhos produzidos no espaço circunscrito da Região Oeste do Paraná, como forma de dialogar com os diferentes significados que esses atribuem à construção da sua história, especialmente relacionada à ocupação populacional do município de Marechal Cândido Rondon.

Em linhas gerais, observa-se que os trabalhos acadêmicos sobre colonização a partir do final dos anos 1940 e das diversas histórias dos municípios se constitui num esforço de afirmação da região Oeste no contexto nacional e paranaense<sup>5</sup>. E, nesse caso, antes de passar às

---

<sup>5</sup> Ver Pedro REGINATO (1979), Venilda SAATKAMP (1984), José Augusto

dimensões características dessa produção, é importante enfatizar que a colonização é um tema de extraordinário interesse entre os pesquisadores. A maioria dos trabalhos apresenta-se sob o formato de monografias de conclusão de curso, junto ao Curso de História da UNIOESTE. Em linhas gerais essas pesquisas têm como objeto privilegiado a atuação da Companhia MARIPÁ, no planejamento e execução da colonização, demonstrando existir fortes preocupações do tempo presente com seu passado e suas heranças.<sup>6</sup>

Uma primeira dimensão característica dessa produção é o interesse na colonização datada entre as décadas de 50 e 60, então afirmada como um “espaço colonial” de fronteira agrícola, baseada no minifúndio de unidade familiar. Tal perspectiva, recorrente em muitos trabalhos, inicia-se sob a forma de uma realidade colonial dada, ou então sob sua defesa como um modelo.

Desse modo, parte-se do “espaço colonial” como núcleo fundamental, *“entendido por aquele espaço projetado e estabelecido a partir da estruturação da pequena propriedade da terra na qual os imigrantes, trazidos e saídos da Europa, e seus descendentes se instalaram, viveram e migraram”* (Gregory, 1997, p. 12). Ou, da colônia, vista como um exemplo de heroísmo de seus desbravadores, em que *“Willy Barth, recebia os novos colonos, mostrava-lhes as terras, acompanhava-os durante o dia e à noite, cantava com eles para expulsar o cansaço, a tristeza e a saudade. Foi administrador muito seguro e como colonizador*

---

COLODEL (1988) e Oscar SILVA & Clori Fernandes MACIEL (1988). Importante ressaltar que estes livros sobre a história de Palotina, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena e Toledo, respectivamente, constituem-se, em sua maioria, a partir de iniciativas das próprias prefeituras municipais.

<sup>6</sup> Além do interesse pela temática da colonização visualizado na produção historiográfica local e regional, deve-se lembrar que há também um forte apelo dessa sociedade na produção e difusão de sua história. É até difícil quantificar as diversas iniciativas institucionais de “recuperação” da sua história. Embora em se tratando de uma região muito recente, historicamente falando, existem vários lugares de memória como é o caso do Centro de Estudos e Pesquisas da América Latina/CEPEDAL e o Núcleo de Documentação

e Pesquisa/NDP, ambos da UNIOESTE, o Museu Willy Barth de Toledo, o Museu Histórico de Porto Mendes e do acervo histórico da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon. Acrescenta-se, ainda, uma série de outras iniciativas e práticas de apelo a uma história da região, entre elas: desfiles cívicos e festas dramatizando a colonização, a publicação de folders e revistas de datas comemorativas, e mais recentemente a produção do filme

*A Saga*, lançado em 1999, de considerável expectativa no circuito regional e de grande ritualização em sua exibição.

*deu um exemplo de colonização e modelo de Reforma Agrária*" (Saatkamp, 1984, p. 52).<sup>7</sup>

A outra dimensão seria a de crise do núcleo colonial, justificada na mecanização nos moldes da modernização da agricultura a partir da década de 70, quando então os pequenos e médios proprietários tiveram suas condições sócio-econômicas alteradas devido ao processo de modernização da agricultura. Tais abordagens operam preocupações diferenciadas que merecem um melhor detalhamento.

De modo geral, os estudos da colonização se afirmam numa perspectiva de considerável nostalgia, chegando às vezes a um ufanismo regional. Ao mesmo tempo, a análise se entrelaça com os problemas do presente e se compromete com as perspectivas de futuro. Quanto mais ameaçado o futuro, a partir dos olhos de quem o projeta, mais mítico e romântico torna-se esse passado. Esse movimento, na maioria das vezes contribui no deslocamento de questões e parece reorientar o passado. Os problemas do presente ao parecerem mais difíceis, tornam também menos tenso o passado. Em torno dessa questão situa-se a matriz de grande força dessas interpretações, segundo a qual se baseia na crise do modelo de minifúndio familiar representado na colonização colonial herdada do sul brasileiro do século XIX.

Expostos os problemas e princípios mais gerais, separei três grupos de abordagens, talvez marcos, com dimensões e questões próprias, as quais considerei significativas para a apreensão do problema da ocupação desse espaço circunscrito. De modo espacial, por aquelas recortadas do campo da pesquisa acadêmica, com seu trabalho de análise de fontes e suas escolhas metodológicas. Entre os quais destacaria: a) a migração como ação da colonização, concebida na esfera do Estado e efetivada de maneira planejada por empresa privada; b) a mobilidade dos sujeitos na experiência migratória, via êxodo rural, como decorrência da crise da primeira; c) a identidade étnica como perspectiva e problemas em torno dos estudos da germanidade.

É consensual nos estudos sobre ocupação da região a importância dada à Industrial Madeireira Rio Paraná S/A (MARIPÁ). Empresa

<sup>7</sup> Sobre a atuação de Willy Barth na colonização do Oeste Paranaense ver Róbi Jair SCHMIDT (2001). Como observa o próprio autor, seu *"estudo não pretende fazer uma biografia de Willy Barth, direcionada apenas à história de vida pessoal, mas apresentar aspectos das pressões socioculturais que envolveram tal agente colonizador, por possuírem valores que se relacionam com os movimentos que envolveram as comunidades deste espaço nas duas primeiras décadas da ocupação desta região"* (p. 28).

privada, proveniente do Rio Grande do Sul, a qual foi atribuída a responsabilidade na organização, planejamento e execução do projeto de colonização do Oeste Paraná. Tal atribuição é percebida num conjunto mais amplo de políticas de nacionalização das fronteiras brasileiras, via Estado Novo, em sua Marcha para Oeste. Vale lembrar, também, da ênfase dada à intervenção do governo estadual na definição dos princípios e do controle dessa colonização no Estado, bem como da relação mais ampla entre os diversos atores do processo. De acordo com Gregory,

Trata-se da colonização empreendida pelas iniciativas de governos e de empresas colonizadoras, organizada na perspectiva de implantar a pequena propriedade, buscando estabelecer colônias habitadas por colonos euro-brasileiros, cuja organização produtiva se baseava na produção familiar. Projetar o espaço colonial, dedicar-se ao negócio da venda de terras foi possível porque tais atividades se tornaram lucrativas e se adequavam aos sonhos dos homens coloniais (1997, 325).

Em sua síntese sugere haver uma conciliação entre os mais diversos interesses e sujeitos na colonização. Ainda em sua análise,

Diversos dados e diversas fontes mostram que a delimitação étnico-cultural foi realizada de uma forma competente e que marcou a região. Os próprios migrantes manifestaram tais desejos, sendo que os novos habitantes introjetaram este espírito da segregação. A nova terra seria exclusiva para colonos escolhidos. Esta conotação, apesar de mudanças ocorridas na região, continuou a se manifestar fortemente em décadas posteriores (Gregory, 1997, p. 205).

Gregory estudou a colonização na perspectiva de uma dinâmica de ocupação e formação do “espaço colonial”, baseando-se em algumas apreensões principais, abaixo recuperadas em acordo com a própria estrutura do seu estudo.

A primeira delas dá-se na preocupação com o contexto nacional, e sul brasileiro de maneira especial, onde havia as experiências coloniais implantadas durante o século XIX no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esse se constituiria no modelo ideal dos projetos de colonização para o oeste paranaense buscado pelo estado, já disponível enquanto experiência privada da MARIPÁ por meio de seus acionistas do Rio Grande do Sul e almejada pelos colonos.



Uma segunda apreensão diz respeito à formação do Oeste no contexto da ocupação paranaense durante o século XX, segundo a qual os governos paranaenses manifestaram-se afinados ao propósito do Estado Novo e bastante intervencionistas nas políticas de ocupação do território, em particular da sua população. Desse modo, *“os problemas, de acordo com a versão oficial, eram maiores nas áreas de colonização particular e de presença de nordestinos. É a demonstração de que o poder público deveria influir na seleção dos colonos a serem atraídos, deveria se fazer mais presente, presente nos projetos de colonização e nas orientações à população através de ações concretas”* (Gregory, 1997, p. 101).

A terceira é preocupada com o espaço colonial planejado pela MARIPÁ, suas ações e a dinâmica mais ampla das relações dos colonos com ela. Segundo Gregory, *“não se trata de ocupação espontânea. Mesmo existindo a pressão demográfica, o deslocamento dos migrantes ocorre sob controle institucional. Os próprios migrantes desejavam tal acompanhamento orientador e buscavam um espaço planejado. Estas afirmações estão respaldadas pela forma como o urbano e o rural se apresentam hoje* (1997, p.155).

A última apreensão situa-se na crise da experiência do espaço colonial com a modernização da agricultura que impõe novos padrões aos colonos. Em sua própria síntese,

o novo papel atribuído às atividades agrícolas forçou modificações da região colonial do Oeste do Paraná e das regiões coloniais do Sul do Brasil. Estas modificações afetavam o modo-de-ser dos colonos que se movimentavam entre a resistência ao novo e a sua acomodação. A resistência poderia ser a migração como também a rejeição de propostas modernas. Neste contexto, a fronteira agrícola, também foi afetada, sofrendo mudanças (Gregory, 1997, p. 309).

O trabalho de Gregory, exposto aqui rapidamente, expressa sua preocupação com a constituição do espaço colonial. O expressivo conjunto de fontes consultadas sobre colonização fê-lo inserir-se nos meandros do planejamento colonial da MARIPÁ e das fímbrias dos projetos mais amplos dos governos federal e estadual. Mesmo tendo-se colocado aberto às tensões e às diversidades, estas ficam esparsas em meio ao caráter ampliado e conciliatório do planejamento colonial. Essas, por sua vez, aparecem muito mais fortes no momento final de sua tese, quando vai desenvolver o desenho dessa crise para os colonos.

Gregory privilegiou as fontes documentais produzidas pela

colonizadora, que parece tê-lo deixado cativo, em alguns momentos, das intenções planejadoras da colonizadora. Num tom mais conclusivo, argumenta que *“a colônia da MARIPÁ foi implantada com colonos selecionados a partir de um discurso e de uma prática calcados em conceitos e pré-conceitos de origem, de colono do Sul do Brasil e de valores coloniais calcados na etnicidade e no espírito colonial”* (Gregory, 1997, p. 329).

Sua perspectiva situa a fronteira colonial dos anos 50 e 60 já como uma situação de crise. Desse modo, *“articular o velho e o novo que se manifestou no cotidiano e na memória da colônia numa situação de fronteira, ou seja, no momento da instalação, do desbravamento dos colonos, quando se dá a construção do espaço e a constituição e significado dos seus componentes”* (Gregory, 1997, p. 329).

Ao mesmo tempo em que Gregory se coloca criticamente à fronteira de avanço capitalista e atento *“a construção do espaço e a constituição e significado dos seus componentes”*, tais preocupações pouco se articulam na análise e são diluídas no conjunto das preocupações mais amplas da dinâmica do *“espaço colonial”*. Desse modo, sobrepõem-se a perspectiva de envolvimento de outros atores, dentre os quais: o Estado, nas esferas nacional e estadual e a colonizadora MARIPÁ com seus agentes representados. Nesse caso, os sujeitos – colonos – são absorvidos na análise, como um dos elementos do quadro composto mais amplo da *“dinâmica colonial”*. Desse modo, parece haver uma diluição da participação dos mesmos diante dos outros, talvez mais intervencionistas na vida colonial.

Um outro trabalho sobre a colonização é o de Neiva S. Maccari. Essa autora discute a problemática da colonização do oeste do Paraná no recorte 1940-50, em especial de Marechal Cândido Rondon. Seu recurso metodológico é a fonte oral, segundo a qual *“permite o acesso a versões produzidas por pessoas que participam efetivamente no processo de colonização, vivenciando assim experiências marcantes que, ao serem narradas, transformam-se em informações importantes sobre a população deste período, tanto no que tange ao seu cotidiano quanto à sua cultura”* (1999, p. 4).

Embora seu estudo esteja voltado para compreender a trajetória da colonização de Marechal Cândido Rondon, através de narrativas dos colonos sobre os motivos de vinda, a colonizadora, suas adversidades e espaços de sociabilidade, a colonizadora MARIPÁ parece ocupar sua atenção de maneira toda especial. A MARIPÁ e o seu líder Willy Barth assumem papéis centrais para Maccari, principalmente no que diz

respeito à relação dos depoentes com estes atores já instituídos. Ou seja,

não é possível falar da colonização de Marechal Cândido Rondon sem mencionar a empresa colonizadora, o mesmo pode ser dito quando abordamos a empresa colonizadora, ou seja, não é possível deixar de mencionar a pessoa de Willy Barth. Logo, a história desta empresa colonizadora está intimamente ligada à pessoa que desempenhou, segundo o relato dos migrantes, o papel de líder (1999, p. 66).

A mesma referência é trabalhada posteriormente em relação à questão da seletividade do elemento humano. Segundo Maccari,

percebemos nos discursos do poder público, que havia uma valorização do elemento humano, e, deste modo, o tipo ideal e sua utilidade social era dada neste processo de colonização pela sua capacidade de produção. Ora, fica evidente então a presença dos interesses econômicos dos diretores da empresa que aproveitaram-se das dificuldades de acesso à terra dos agricultores gaúchos e catarinenses para conseguir vantagens com os núcleos coloniais, coadunados com o poder público que oferecia uma série de proteções e facilidades para a sua implementação (1999, p. 169).

Os pontos lembrados acima, de fato, estiveram articulados ao projeto mais amplo da política colonial no oeste paranaense. Porém, parece sobreviver um silêncio sobre a forma como essas práticas foram sentidas pelos colonos. Para Maccari *“a compreensão destes mecanismos restringe-se apenas a uma pequena parcela destes migrantes, sendo que a maioria os concebe como solidariedade entre os migrantes ou reciprocidade entre migrantes e os poderes público e privado”* (1999, p. 185).

A questão principal desse diálogo, a meu ver, baseia-se, entre outras coisas, nas relações entre a herança do planejamento e a experiência histórica dos sujeitos na assimilação ou não desses elementos. Como as questões apontadas por Maccari partem de um epicentro, nesse caso definido pela colonizadora, suas reflexões parecem responder basicamente aos elementos inquiridos.

Ainda com relação ao papel da Colonizadora na ocupação da região, é preciso lembrar do estudo de Cláercio Ivan Schneider (2001) quando atenta para o que chama de *Produção de consensos na fronteira*. Sua preocupação coloca-se para *“analisar os aspectos que envolveram a configuração*

*de uma determinada identidade às pessoas e ao espaço regional pelos emissores mais reconhecidos pela história social deste espaço: os dirigentes da MARIPÁ” (p. 2).*

Segundo esse autor, tal perspectiva justifica-se

no fato de a retórica construída pela MARIPÁ, em torno de seu empreendimento colonizador, permanecer fortemente disseminada nas cidades onde exerceu sua influência; essa influência é perceptível, também, em grande parcela dos estudos sobre tal espaço territorial, o que torna a empresa objeto de uma crença arraigada. Alguns de seus dirigentes receberam, em seu momento, uma expressiva veneração por parte da população, conquistando prestígio político e poder de representação. Além do mais, os textos divulgados por esta empresa legaram ao espaço regional Oeste paranaense determinadas caracterizações e imagens que a tornaram a grande protagonista de um ‘programa racional de colonização, que deveria ser cultuado, posto que singular, uma vez que servia de exemplo ao país como um todo (2001, p. 2).

De modo interessante, Schneider coloca-se atento ao amplo “*corpus documental*” produzido, pós 50, sobre a colonização do espaço regional. Como observa o autor,

o que surpreende na maioria desses trabalhos, apesar da pluralidade de seus emissores, é o seu consenso interpretativo para com a atuação da companhia. Uma significativa parcela destes estudos esforçou-se apenas em destacar as particularidades deste programa, uma vez que estas conferiam identificações específicas ao ‘Oeste do Paraná’. Em outras palavras, grande parte destas publicações reforça as imagens produzidas pela empresa colonizadora, a aceitando-a de forma acrítica e, assim, contribuindo para a preservação de determinadas caracterizações sobre a constituição sócio-política deste espaço (2001, p. 4).

Sua atenção ao problema da “produção de consensos” é incontestavelmente uma crítica de grande pertinência no interior desse quadro interpretativo. Sua opção metodológica se firma na compreensão do que chama de “*unidade interpretativa sobre a constituição política, econômica e cultural deste espaço*” (p. 127). Contudo, suas considerações finais parecem compartilhar com outras análises, aqui já arroladas, que postulam uma

simbiose de interesses entre colonos migrantes e agentes colonizadores. Estes últimos, ao se apropriarem de idéias-força do grupo para caracterizarem seu programa de colonização (ou, de outra forma, do habitus da comunidade envolvida neste processo colonizatório), adquiriram prestígio e reconhecimento político. Este é, portanto, um fator crucial para entender a questão da validação das narrativas edificadas em torno de tal empreendimento (p. 127).

Diante de tais análises, importa recuperar a metáfora da escada rolante empregada por Raymond Williams (1989, p.23). Ela parece colocar aqui uma outra ordem de problemas. *O que é necessário investigar, nestes casos, não é a veracidade histórica, e sim a perspectiva histórica. De fato, o fenômeno que chamei de “escada rolante” talvez venha a ser uma pista importante para a verdadeira história dos fatos, mas somente depois de começarmos a ver a regularidade que há nele. Ou seja, não se trata tão somente de questões de perspectiva e fatos históricos, porém também levantam questões de perspectiva e fatos literários* (1989, p. 21).

É preciso dizer que a colonização se constrói imersa em contradições muitas vezes diluídas em sua forma genérica de fluxo migratório, principalmente quando esta procura responder às demandas do planejamento, do fluxo ou do surto migratório. Como bem observa Célia Toledo Lucena, *“grande parte dos estudiosos que abordam a questão migratória tende a excluir, em suas análises, os significados que os próprios migrantes atribuem às suas experiências migratórias e as suas vivências em diferentes culturas* (1999, p. 18).

O segundo bloco de abordagens localiza-se nas interpretações da crise do modelo colonial sulino. A expansão agrícola, a partir dos anos 70, apresenta-se devastadora para o projeto colonial e para os sujeitos que o construíram, especialmente os pequenos agricultores. Em linhas gerais, algumas interpretações evidenciam que os colonos foram arrancados do campo e tiveram suas vidas profundamente modificadas e refeitas no espaço urbano. E, que outros migraram, não mais na condição de pequenos camponeses, mas de trabalhadores urbanos.

As análises da região Oeste no período posterior à década de 70 desenham-se numa matriz predominante, segundo a qual parece haver dois pólos. Há, de um lado, um conjunto de condições macro-estruturais, fundadas numa conceituada modernização do campo e, de outro, o colono ou novo trabalhador urbano vivendo diversas formas de subordinação dessas realidades. É fundamental situar alguns desses trabalhos, que, de um modo ou de outro tocaram em tais questões.

Arno Alexandre Gerke (1992) discutiu as transformações ocorridas no campo por meio da construção do cooperativismo no Oeste do Paraná. Sua análise privilegiou as mudanças nas relações de comercialização e produção no setor rural, que desembocam na constituição de cooperativas, em especial da Copagril, criada em 1970, em Marechal Cândido Rondon/PR. Tal objeto de análise é ressaltado na contrapartida a uma visão de passado colonial de faces românticas, em que a modernização da agricultura se fez sentir para os agricultores na mudança das formas de propriedade. Na comparação do próprio autor,

Mais feliz do que outras regiões foi a região do Extremo-Oeste do Paraná, que teve sua colonização feita por pequenas propriedades, as chácaras e colônias, que se mantiveram estáveis ao longo do tempo. Pelo censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado neste município, a média tem-se elevado com tendência de pequena alta a partir de 1970 (1992, p. 50).

Todo o primeiro capítulo da dissertação de Gerke destina-se ao estudo da Marcha para o Oeste e a colonização, valorizando sobremaneira as formas da agricultura tradicional e a ênfase nos pioneiros em seus dia-a-dias coloniais. Quanto à crise, nela encontram-se idéias e soluções. *“Nas assembléias dos grupos, os colonos fizeram abaixo-assinados com exposição das principais reclamações para as autoridades públicas e cartas abertas ao Ministério da Agricultura. Os representantes políticos da região também se movimentaram para atenuar a situação”* (Gerke, 1992, p. 64). Interessa destacar, em sua análise, a criação da cooperativa não somente como uma solução para a crise, mas também em sua perspectiva metodológica. Como observa Williams, *“será apenas o velho hábito de usar o passado, os “bons tempos de antigamente”, como desculpa para criticar o presente? Sem dúvida, algo do gênero está em jogo, mais isto não resolve todas as dificuldades”* (1989, p.25).

Mirian Hermi Zaar (1999), por sua vez, estudou *A produção do Espaço Agrário*, da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu, destacando a importância na análise da construção do espaço agrário de Marechal Cândido Rondon, mostrando de que forma o homem e o meio são subjugados pelo sistema econômico de reprodução em que vivem. Sistema econômico este, que de forma contraditória, trouxe ao mesmo tempo benefícios para alguns e prejuízos para outros. Nesse caminho, propôs-se a *“entender esta relação que rege a sociedade capitalista como um ‘todo’, que constrói e reconstrói espaços, pois estes são*

*resultados de um trabalho materializado, construído por meio dessa relação*” (1999, p. 15).

Seu trabalho organiza-se, pois, em torno do papel do Estado na produção do espaço da colonização à modernização; com o espaço agrário nos tempos da colonização diante da mecanização agrícola e da formação do Lago de Itaipu; as formas de circulação viária no espaço colonial e da modernização; e por último a vida cotidiana.

O último item de sua análise, a vida cotidiana, é de particular interesse aqui. Nota-se a preocupação com os fenômenos macro-estruturais da sociedade brasileira, em que Zaar acrescenta ao fenômeno da modernização da agricultura o problema da formação do lago de Itaipu nas alterações no espaço e nas vidas dos sujeitos. Preocupada com tal processo, utiliza-se de entrevistas com colonos e agricultores indenizados. Embora haja um esforço de aproximação com os sujeitos, o diálogo com os depoimentos surge guiado por perguntas e análises ratificadoras das condições estruturais mais amplas dadas pela pauta da colonização. Neste sentido, muitos dos conflitos e experiências vivenciadas pelos sujeitos são abordados num campo de exterioridade e distanciamento, próprio das análises sistêmicas, tornando-se muitas vezes pouco qualificadores dos sujeitos e das suas práticas.

Por fim, no interior desse conjunto destacaria o estudo de Davi Félix Schreiner, cuja preocupação incide no que denomina de *A Formação da Cultura do Trabalho no Extremo Oeste do Paraná* (1997). Sua pesquisa privilegiou o município de Toledo “o qual, nos anos 50, compreendia o espaço colonizado pela Companhia Madeireira e Colonizadora Rio Paraná (MARIPÁ)” (p. 17), deslocando sua compreensão para as categorias cotidiano, trabalho e poder.

Na perspectiva de Schreiner,

nos anos setenta, o Extremo-Oeste do Paraná, mesmo não tendo contado com a riqueza do café e apoiada na pequena propriedade familiar, situava-se como uma das áreas mais importantes do Estado. No final dos anos 70 e especialmente durante a década de 1980, a euforia nacional chegou a esta região iniciando um processo de rápidas transformações. Esse processo denominado ‘a modernização da agricultura, é caracterizado pela mecanização e tecnificação da lavoura, integrando as regiões agrícola ao mercado internacional. A terra é mecanizada e ocupada, basicamente, pelas culturas de soja e trigo. As máquinas tomam o lugar dos homens que sequer como bóias-frias conseguem emprego. Junto com a modernização da agricultura surge o êxodo rural (1997, p. 21).

No centro de suas preocupações estão “as práticas e representações do trabalho construídas e reconstruídas face a dialética dessa cultura do trabalho” (p. 21). E, que “na colonização se efetivou uma cultura que tem, de um lado, o trabalho como meio gerador de riqueza e, de outro, como meio pelo qual se reconhece o valor e a moral de um homem. Em outras palavras, cria-se uma noção de trabalho onde a negatividade e a positividade coabitam, ou seja não se excluem” (p. 21).

Posicionando-se desse modo, coloca uma posição crítica diferenciada quando comparada aos outros trabalhos incluídos nesse conjunto, principalmente por buscar perceber a construção de sujeitos, o trabalho comunitário e outras formas de experiências de trabalho daqueles migrados para a cidade, via êxodo rural. Porém, preservando ainda a noção de modernização em seu quadro interpretativo, em que “o capitalismo integrou e fragmentou, num primeiro momento, a cultura campestre, para depois reordená-la de forma a integrá-la com uma produção e consumo capitalista mais desenvolvida” (1997, p. 162).

O terceiro e último conjunto de análises diz respeito ao problema da afirmação da identidade germânica de Marechal Cândido Rondon, principalmente a partir da segunda metade dos anos 80. Dentre os estudos realizados sobre a questão recortarei dois produzidos muito recentemente, embora pudesse elencar outros trabalhos de caráter monográfico, preocupados, dentre outras coisas, com o discurso e arquitetura germânica e, a *Oktobefest* da cidade. A maioria desses trabalhos se orienta pelo problema da tradição inventada, tratada por meio de objetos, perspectivas e procedimentos metodológicos diferentes. Ressalta-se, contudo, que o passado da colonização em relação à seleção do elemento humano de etnia germânica sobrevive nas análises de maneira peculiarmente crítica.

Marcos Nestor Stein (2000) estudou *A construção do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon* definindo sua periodização “entre os anos de 1946 a 1996. Tal recorte temporal tem como objetivo analisar os discursos sob os quais se construiu a germanidade como referência identificatória do município de Marechal Cândido Rondon, localizado no Extremo Oeste do Paraná” (p. 2).

Sua perspectiva parte em compreender o discurso da germanidade datado então desde o processo de colonização do final dos anos 40, com base naqueles elementos de interferência do Estado, da Colonizadora Maripá na concepção e desenvolvimento de um projeto pautado na seleção do elemento humano. Desse modo, então, o autor parece estar falando de uma mesma temporalidade, na qual se construiu um discurso da germanidade. Ou seja, o projeto de germanização



evidenciado no final dos anos 80 se relaciona muito proximamente com outras dimensões vividas nessa sociedade noutros tempos anteriores. Como o próprio observou:

ao se analisar fontes como o Projeto de Caracterização Germânica do município, verificou-se que, além dos discursos que justificam a realização do projeto, há um discurso que busca desclassificar um outro discurso, o qual apresenta o fato da população do município ser composta em grande parte por descendentes de imigrantes alemães como algo negativo, um indício de nazismo (Stein, 2000, p.7).

Ao incorporar esse novo aspecto presente no projeto de germanização, salienta que seu estudo não visa exclusivamente uma abordagem da *Oktobefest* ou sobre o período da colonização, “*mas analisar os jogos discursivos que se encontram presentes nestes acontecimentos e períodos, e que constituem os efeitos de sentido dos discursos que constroem a germanidade no município*” (Stein, 2000, p. 9).

Seu aparato teórico-metodológico situa-se nas “*construções discursivas, que também são elaboradas com relação ao ‘outro’, o indesejável*” (Stein, 2000, p. 27). No trabalho com suas fontes, na “*leitura desses discursos, segundo o autor, legitimados pela historiografia, apresenta a imagem de uma cidade que, devido ao seu caráter étnico homogêneo, era um local sem conflitos, um local de solidariedade entre os habitantes, quando há uma percepção da não permanência destas relações busca-se as causas desta mudança em pessoas vindas de “outros lugares”*” (Stein, 2000, p. 81).

Em linhas gerais, o estudo de Stein percorre meandros da produção discursiva sobre a germanidade, produzidos na esfera das decisões e na afirmação e delimitação do “outro”, como um processo social de invenção de tradições. De alguma maneira, seu recorte cronológico, dos anos 40 ao 90, talvez tenha homogeneizado esse tempo e o transformado em um plano único, o da germanidade. Tal perspectiva, em muitos momentos, talvez tenha lhe dificultado trabalhar a historicidade das falas diferenciadas, com as quais dialogou nos diferentes momentos da produção discursiva enfocada.

De outro modo e em outra área do conhecimento, Ilse Queirós (1999) vai recortar a *Oktobefest* como objeto de sua análise da tradição inventada em Marechal Cândido Rondon. Contudo também se vê atenta aos aspectos mais amplos dessas práticas. Sobre o estilo arquitetônico germânico, em Marechal Cândido Rondon, diz a autora que:

não se apresenta relacionado a uma arquitetura colonial dos migrantes colonizadores desta cidade, mas, sim, às características culturais da arquitetura colonial da Alemanha, de onde vieram seus ancestrais. E, é esse passado que recria e reconstrói uma arquitetura germânica moderna desta cidade, relacionada a uma Alemanha idealizada, em torno de uma imagem identitária para o Município (1999, p. 68).

A contribuição de Ilse Queirós ajuda-nos a compor uma contradição. Se por um lado há o ideário de seletividade dos sujeitos baseada na composição dos de origem, por outro não é essa cultura colonial que vai dar o tom da festividade. Como faz lembrar a autora, muito pelo contrário, vai buscar uma imagem idealizada, dando a ver, inclusive, que a colonização não foi tão maravilhosa, a ponto de motivo de rememoração. E, desse modo,

De forma sucinta, podemos demonstrar esta asserção, através de práticas gerais dos membros desta comunidade, como o chimarrão que é tomado por quase toda população local, como o é, o gosto acentuado pelo churrasco e a apreciação de músicas e danças gaúchas. Tais práticas convivem, com o gosto pelo futebol, carnaval, boates, e ritmos populares brasileiros, simultaneamente, a heranças germânicas, como: o prazer em dançar marchas alemães, a audição de diversos gêneros de músicas alemãs, o consumo de doces típicos de Natal e Páscoa e, também, o consumo cotidiano da Schmier (geléia), da Kässschmier (requeijão), do pão caseiro e da cuca (pão doce) assados no forno de pedra, entre outras coisas (Queirós, 1999, p. 55).

Deve-se observar que o objeto de investigação de Queirós é a cultura, em suas dimensões de lazer. De um projeto cultural de articulações políticas do poder público que se constrói em oposição a uma cultura do lugar e dos sujeitos. Neste sentido a autora destaca ainda

que só, recentemente, no Sul do Brasil, é que eventos culturais étnicos e assemelhados ganharam notoriedade nunca vista na história social e cultural brasileira. Tal fato aumenta em significado, quando se pensa que, há mais de um século, houve a imigração européia para o Brasil. Ademais, observa-se que, em nenhum outro momento, a etnicidade germânica tinha se projetado no imaginário social com tanta carga simbólica afirmativa (Queirós, 1999, p. 59).

Ilse Queirós apreende esse movimento mais amplo de apelo à

etnicidade germânica no contexto sul brasileiro em que Marechal Cândido Rondon também está inserido. Sua pesquisa mostra um conjunto de particularidades que envolvem silêncios, esquecimentos e práticas efetivas que estão na esfera da singularidade histórica do lugar. E, que a *Oktoberfest* e, através dela, juntaram-se tradições, resgatando umas, valorizando outras, recriando antigas e criando outras novas, relacionadas à etnia alemã, mas que ritualizam uma nova construção da idéia de germanidade (Queirós, 1999, p. 66). Como finaliza a autora,

A criação e reinvenção da *Oktoberfest*, por iniciativa da administração municipal que investiu e investe, direta ou indiretamente, grande soma de recursos financeiros neste plano cultural de lazer, reafirmou e, ainda, reafirma, a identidade germânica na e da população e se apresenta como meta de uma política de lazer em relação ao tempo disponível de sua população. Entretanto esta festa serviu e serve, principalmente para projetar e identificar o Município, no intuito de atrair novos investimentos e capitais, para que a cidade cresça e se destaque (1999, p. 72).

A idéia de seletividade dos sujeitos é uma preocupação corrente dos trabalhos aqui discutidos. No que diz respeito a uma análise do presente, ao que parece, tal dimensão vai explodindo aqui e ali num constante movimento de produção dos “outros”. Mas, quem são os outros?

A questão da identificação do “outro” tratada até aqui, a meu ver, parece bastante relacionada a um dos aspectos importantes da configuração atual do município de Marechal Cândido Rondon, qual seja: a luta pela afirmação de uma identidade germânica a todo tempo requerida do passado de colonização, datada a partir do final dos anos 40, e caracterizada pela seletividade do elemento humano em sua base ítalo-germânica, que compôs e compõe sua paisagem humana.

Os pontos marcantes desse processo são o incentivo às construções arquitetônicas em estilo germânico e a realização da *Oktoberfest* anualmente, estes datados do final dos anos 1980. Tais elementos e muitas outras iniciativas tópicas, como a proposta de uma “carteirinha do rondonense”,<sup>8</sup> constituem-se em esforços de afirmação de uma memória única do lugar e homogenizadora, muitas vezes responsável pelo apagamento de tensões e instituindo verdadeiros

<sup>8</sup> A “carteirinha do rondonense”, ainda sob a forma de projeto de lei, que pretende

silêncios sobre trajetórias, mobilidades e seus significados.

Entre os elementos do lembrado e do esquecido que permeiam a historiografia regional, muitos deles encontram-se articulados à experiência social mais ampla. Nesse caso poderíamos lembrar de uma série de exemplos, dentre os quais podemos referenciar: a troca de alguns símbolos públicos articuladores da memória oficial, tais como: a construção do Portal da cidade em estilo germânico, no começo dos anos 90, no lugar do enorme tronco de árvore que recepcionava os visitantes para fazer lembrar da colonização e dos seus pioneiros desbravadores; a criação da lei de incentivos fiscais para a construção de edificações em estilo germânico ou da Casa dos Alpes, procurando refletir sobre sua estética de cidade cenário, que faz lembrar de um outro tempo, inclusive distante da colonização; e também outras iniciativas ligadas ao poder público relacionadas ao forte apelo a uma única memória.

Tendo como perspectiva a noção de que a memória é dinâmica e fragmentária, ou nas palavras de Alessandro Portelli (1997) que prefere evitar o termo “memória coletiva”,

A memória pode existir em elaborações socialmente estruturadas, mas apenas os seres humanos são capazes de guardar lembranças. [Ou seja], se consideramos a memória um processo, e não apenas um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas (p. 16).

Em linhas gerais, procurou-se mostrar neste texto, por um lado, que o problema das mobilidades populacionais para o oeste paranaense e Marechal Cândido Rondon é recorrente na historiografia produzida em seu circuito, mostrando-se muitas vezes identificados com a sua constituição histórica, baseando-se num campo de afirmação de sua identidade regional no contexto paranaense e nacional. Por outro lado, que essas interpretações, muitas vezes utilizaram-se de camadas de

---

identificar e cadastrar os habitantes da cidade, sob o pretexto de buscar um melhor atendimento público aos cidadãos rondonenses e descontos nas festas do município.

memórias ou preocupações muitas vezes paradigmáticas, tensionando alguns períodos em detrimento de outros, ou então idealizando sujeitos e desfocando outros. Além disso, buscou-se apontar que o conjunto da literatura histórica sobre o Oeste do Paraná constitui-se em uma tradição com desenhos próprios de considerável apelo à sua história e identidade regionais.

Por outro lado, procurou-se apontar também que as questões ligadas à população e a sua mobilidade para o Oeste do Paraná manifestam-se fortemente relacionadas com a reflexão das origens de sua população e o problema da seletividade dos sujeitos que marcou todo o processo de colonização. Constituindo-se, desse modo, numa matriz interpretativa do passado. E, desse modo, sobrevivem tantas outras interpretações. Essas, talvez sejam mais difíceis de entender e de aceitar, principalmente quando articuladas a projetos políticos e interesses outros. Nesse sentido, como muito bem observou Edward Said *“a invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas”* (1995, p. 33).

## Referências Bibliográficas

- COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena no Oeste Paranaense até 1960*. Santa Helena/PR: Prefeitura Municipal de Santa Helena, 1988.
- FREITAG, Liliane da Costa. *As fronteiras perigosas, migrações internas e a ocupação de um espaço vital: o Extremo-Oeste Paranaense*. São Leopoldo/RS: UNISINOS, Dissertação (Mestrado em História), 1997.
- GERK, Arno. *COPAGRIL: uma análise do cooperativismo do Oeste do Paraná*. Curitiba: UFPR, (Dissertação de Mestrado em História), 1992.
- GREGORY, Valdir. *Os Euro-brasileiros e o espaço colonial: A dinâmica da Colonização do Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970*. Niterói/RJ: UFF, (Tese de doutorado), 1997.
- LUCENA, Célia Toledo. *Artes de lembrar e de inventar: (re) lembranças de migrantes*. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.
- MACCARI, Neiva Salete. *Migração e Memórias: A colonização do oeste paranaense*. Curitiba: UFPR, (Dissertação de Mestrado em História), 1999.
- PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões*

- sobre a ética na história oral. Projeto História. São Paulo: PUC, nº 15, 1997.
- QUEIRÓS, Ilse Lorena von Borstel Galvão de. *A Oktoberfest de Marechal Cândido Rondon, Paraná*. Campinas: UNICAMP, (Dissertação de Mestrado em Educação Física), 1999.
- REGINATO, Pedro. *História de Palotina*. Palotina/Pr: Prefeitura Municipal, 1979.
- SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel/PR: ASSOESTE, 1984.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SCHALLEMBERGER, Erneldo. *A Integração do Prata no Sistema Colonial*. Toledo/PR: Editora Toledo, 1997.
- SCHMIDT, Róbi Jair. *Cenas da constituição de um mito político: memórias de Willy Barth*. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2001.
- SCHREINER, Davi Félix. *Cotidiano, trabalho e poder: a formação da cultura do trabalho no Extremo Oeste do Paraná*. Toledo/PR: Editora Toledo, 1997.
- SILVA, Oscar & MACIEL, Clori Fernandes. *Toledo e sua história*. Toledo/PR: Prefeitura Municipal, 1988.
- STEIN, Marcos Nestor. *A construção do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon (1946-1996)*. Florianópolis: UFSC, (Dissertação de Mestrado em História), 2000.
- WACHOWICZ, Ruy Chistovan. *Obrageros, mensus e colonos*. Curitiba: Editora Vicentina, 1982.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- ZAAR, Miriam Hermi. *A produção do espaço agrário: da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu*. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.